

**DECRETO Nº 20.424, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019.**

**Altera o inc. II do § 2º e o § 6º do art. 4º, os §§ 1º e 2º do art. 7º, o *caput* do art. 9º, o *caput* do art. 11, o inc. IV do art. 12, o *caput* do art. 15, a al. *a* do art. 16, o *caput* do art. 17 e o *caput* do art. 18, e revoga as als. *a* e *b* do art. 9º, e os §§ 1º e 2º do art. 11, todos do Decreto nº 15.559, de 8 de maio de 2007, que regulamenta o art. 32, inc. I, da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre).**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 94, incisos II e IV, da Lei Orgânica do Município,

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Fica alterado o inc. II do § 2º e o § 6º do art. 4º do Decreto nº 15.559, de 8 de maio de 2007, conforme segue:

“Art. 4º .....

.....

§ 2º .....

.....

II – encaminhar a efetividade do servidor adido para a SMPG/DGPES/CSI/ECC, quando se tratar da Administração Direta, ou seu setor equivalente, quando se tratar de Administração Indireta;

.....

§ 6º Compete à SMPG/DGPES/CSI/ECC, quando se tratar da Administração Direta, ou seu setor equivalente, quando se tratar de Administração Indireta:

.....” (NR)

**Art. 2º** Ficam alterados os §§ 1º e 2º do art. 7º do Decreto nº 15.559, de 2007, conforme segue:

“Art. 7º .....

§ 1º Compete à SMPG/DGPES/CSI/ECC, a abertura de processos de pagamento e de cobrança de valores a serem ressarcidos, bem como sua instrução, no âmbito da Administração Direta do Município, ou ao setor equivalente nas Autarquias e Fundações.

§ 2º Não poderá ser efetuado pagamento ou cobrança de valores relativos aos afastamentos previstos neste Decreto sem prévia anuência e registro da SMPG/DGPES/CSI/ECC, no âmbito da Administração Direta do Município, ou do setor equivalente nas Autarquias e Fundações.” (NR)

**Art. 3º** Fica alterado o *caput* do art. 9º do Decreto nº 15.559, de 2007, conforme segue:

“Art. 9º Somente serão permitidos afastamentos com ônus para o órgão cedente, sem ressarcimento, nas cedências para a Justiça Eleitoral, na forma estabelecida na Lei federal nº 6.999, de 7 de junho de 1982, e na Resolução nº 23.523, de 27 de junho de 2017 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e demais Resoluções que vierem a ser expedidas por esse Tribunal acerca do tema.

.....” (NR)

**Art. 4º** Fica alterado o *caput* do art. 11 do Decreto nº 15.559, de 2007, conforme segue:

“Art. 11. A gerência relativa aos afastamentos de servidores, previstos neste Decreto, ficará a cargo da SMPG/DGPES/CSI/ECC, quando envolver a Administração Direta, e ao setor equivalente, quando envolver as Autarquias e Fundações.

.....”(NR)

**Art. 5º** Fica alterado o inc. IV do art. 12 do Decreto nº 15.559, de 2007, conforme segue:

“Art. 12. ....

.....

IV – ser instruído pela SMPG/DGPES/CSI/ECC, quando envolver a Administração Direta, ou pelo setor equivalente, quando envolver as Autarquias e Fundações;

.....” (NR)

**Art. 6º** Fica alterado o *caput* do art. 15 do Decreto nº 15.559, de 2007, conforme segue:

“Art. 15. Quando o servidor retornar ao órgão de origem, no Município, deverá apresentar-se, munido de ofício assinado pelo órgão cessionário, à SMPG/DG PES/CSI/ECC, quando se tratar de servidor da Administração Direta, ou ao setor equivalente, quando se tratar de servidor das Autarquias e Fundações.

.....” (NR)

**Art. 7º** Fica alterada a al. *a* do art. 16 do Decreto nº 15.559, de 2007, conforme segue:

“Art.16. ....

a) comparecer diretamente na SMPG/DGPES/CSI/ECC, se o órgão cessionário estiver situado na região metropolitana de Porto Alegre, para fins de retirada do formulário de Exame Médico Pericial.

.....” (NR)

**Art. 8º** Fica alterado o *caput* do art. 17 do Decreto nº 15.559, de 2007, conforme segue:

“Art. 17. Quanto à licença gala ou licença nojo de servidor cedido, ambos previstas respectivamente no art. 76, incs. II e III, da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985, a unidade de recursos humanos do órgão cessionário deverá encaminhar o comprovante de direito à SMPG/DGPES/CFOP, quando se tratar de servidor da Administração Direta, ou ao setor equivalente, quando da Administração Indireta.” (NR)

**Art. 9º** Fica alterado o *caput* do art. 18 do Decreto nº 15.559, de 2007, conforme segue:

“Art. 18. As solicitações de férias e licença prêmio de servidores cedidos para fora do Executivo Municipal deverão ser encaminhadas, com antecedência mínima de 45 dias (quarenta e cinco) dias, à SMPG/DGPES/CSI/ECC, no âmbito da Administração Direta, ou ao setor equivalente, no âmbito da Administração Indireta.” (NR)

**Art. 10.** Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2020.

**Art. 11.** Ficam revogados:

I – as al. *a* e *b* do art. 9º do Decreto nº 15.559, de 8 de maio de 2007;

II – os §§ 1º e 2º, do art. 11 do Decreto nº 15.559, de 8 de maio de 2007;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 9 de dezembro de 2019.

Nelson Marchezan Junior,  
Prefeito de Porto Alegre.

Registre-se e publique-se.

Simone Somensi,  
Procuradora-Geral do Município, em exercício.